

PC-OK

PROGRAMA SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Clóvis Guimarães Filho¹

RESUMO

O modelo desenvolvimentista que tem caracterizado a agricultura brasileira gerou uma grande concentração de terras e de renda no meio rural, marginalizando do processo mais de dois terços da população que vive no campo, afetando principalmente as unidades de caráter familiar. Os estabelecimentos familiares no Brasil, em seus diversos tipos, são estimados, hoje em cerca de 4,3 milhões (75% do total), dos quais 53% se localizam no Nordeste e 21% no Sul. Sua menor densidade esta no Centro-Oeste com apenas 3% do total. Em termos de pessoal, tais estabelecimentos ocupam e sub-ocupam 56% do ativo total, o que corresponde a cerca de 14 milhões de pessoas. São responsáveis por quase 30% do valor da produção agropecuária nacional, embora detenham apenas 22% da área total e recebam apenas 16% do valor total dos financiamentos. O tamanho médio da unidade produtiva varia de 44ha na região Norte a 13ha no Nordeste. Os segmentos da agricultura familiar, objetos do programa, correspondem aquelas unidades caracterizadas por sistema produtivo diversificado, de nível tecnológico rudimentar, fraca inserção no mercado, condições precárias de acesso a terra e aos outros meios de produção, baixo nível de capacitação e debilidade organizativa. As seguintes constatações são indicativas da viabilização da unidade agrícola familiar: 1) seu papel amortizador das crises econômicas, devido a sua capacidade de absorção de mão-de-obra; 2) constituir numa garantia de estabilidade de produção e oferta de certos produtos básicos da alimentação, pouco ou não contemplados pela agricultura patronal; 3) sua possibilidade de, em muitos casos, gerar produtos de melhor qualidade, e a um menor custo; 4) favorecer, quando ha segurança de posse de terra, a uma melhor preservação do meio ambiente e a uma gestão mais ordenada do espaço. Em função desse segmento não ter sido ate hoje, devidamente contemplado pelas políticas governamentais, inclusive pela pesquisa, torna-se necessário, antes de tudo, o conhecimento teórico e prático dos seus sistemas de produção, incluindo seus recursos e sua racionalidade, para que, a partir dele, possam ser geradas respostas efetivas às suas necessidades. Tal conhecimento deve abranger os itinerários técnicos de

¹ Secretário-Executivo do Programa 09 - Sistemas de Produção da Agricultura Familiar/Embrapa.

cultivo e de criação, a gestão econômica da exploração, incluindo o funcionamento da cadeia produtiva, as mudanças sociais, abrangendo as estratégias e formas de organização e a construção do espaço. O programa objetiva, prioritariamente, gerar e/ou adaptar tecnologias e conhecimentos capazes de contribuir para a melhoria das condições de estabilidade e reprodutibilidade das unidades agrícolas familiares, tendo como base a sua maior integração à economia de mercado. Especificamente, o programa visa: 1) determinar a viabilidade de distintos estratos da agricultura familiar, avaliando sua estabilidade ante as transformações por que passa a agricultura; 2) desenvolver referências técnicas sobre as limitações e potencialidades dos seus sistemas produtivos; 3) desenvolver dispositivos e métodos participativos de intervenção em meio real que favoreçam a adoção de inovações tecnológicas pelos agricultores, e 4) conhecer melhor os processos de desenvolvimento da agricultura familiar e dos fatores principais que os influenciam. A consecução dos objetivos do programa contribuirá com a fundamentação científica necessária a concepção e operacionalização de políticas públicas de apoio voltadas para: a) o aumento da oferta e a melhoria da qualidade de produtos básicos da alimentação; b) o uso mais racional dos recursos naturais e a melhor gestão do espaço rural, e c) a melhoria da renda dos agricultores familiares permitindo a retenção de um maior número de empregos no campo.

FUNDAMENTOS E JUSTIFICATIVAS

A "agricultura familiar" caracteriza uma forma de organização da produção, em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas a exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas consideram, também, as necessidades e objetivos da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Segundo Brumer et al. (1993), a agricultura familiar brasileira é marcada profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. A fragilidade e a dependência social e política deste estrato de agricultores estão portanto estreitamente relacionadas com os eventos que propiciaram o surgimento das grandes propriedades, a partir de 1850, com os ciclos econômicos (açúcar, café), com a ocupação do Sertão e a colonização do Sudeste e do

Sul, e com a "modernização" da agricultura, efetuada a partir da metade dos anos 60. A ocupação mais tardia do Centro do país, a abolição da escravatura e a imigração estrangeira superpuseram outros modelos, sem, contudo apagar totalmente os traços originais.

A modernização, na realidade, impôs modificações indiscutíveis no perfil técnico e econômico da agricultura brasileira, mas não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de uma parcela importante da "pequena produção", que continuou dependente da grande propriedade ou desapareceu como consequência da migração de seus componentes para a periferia dos centros urbanos.

O resultado desse modelo de desenvolvimento rural tem se refletido, de maneira geral, apesar do aumento na produção global, no agravamento do desemprego (no campo e na cidade), no aumento dos preços dos alimentos, na degradação do meio ambiente e na ocupação desordenada do território nacional. Outros problemas estão também vinculados ao modelo, como a queda na qualidade biológica dos alimentos e o progressivo desaparecimento das tradições culturais no meio rural.

Para a implementação de um programa de pesquisa com ênfase no desenvolvimento da agricultura familiar e fundamental, antes de tudo, a conscientização de que um programa dessa natureza faz-se necessário porque a agricultura familiar, pelo seu potencial, constitui parte importante da solução dos problemas do país e não, simplesmente, porque representa um segmento numeroso da população que necessita de um programa de assistência social. Dessa forma, há de se considerar que a agricultura familiar não é um segmento economicamente inviável, mas que tem sido crescentemente inviabilizado pelas políticas inadequadas.

Segundo Abramovay (1992), o modelo familiar e perfeitamente adaptável as exigências do desenvolvimento capitalista.

De maneira geral, para o aproveitamento efetivo das potencialidades dessa forma de organização da produção, será necessário alterar o modelo de exploração agrícola adotado no Brasil, incorporando a visão econômica, uma visão social e uma outra ecológica, de modo a que seja possível priorizar a produção de alimentos com o fim de melhor abastecer os centros urbanos, a manutenção dos empregos no campo, a preservação do meio ambiente e a ocupação ordenada do espaço, permitindo, ao mesmo tempo, a elevação do padrão de vida dos agricultores e de suas famílias.

Esse novo modelo deve ser efetivado através de políticas agrárias e agrícolas, formulada e operada com a participação dos agricultores, que abranjam desde aspectos de acesso a terra (leis de

arrendamento, intensificação dos programas de assentamento etc.), até os de armazenamento e comercialização (seguro agrícola, formação de estoques, preços mínimos, acesso a informação etc.), passando pela adequação das condições de crédito, de assistência técnica (privilegiando ações de capacitado e organização dos produtores) e pelo redirecionamento da pesquisa com o fim de apropriá-la, prioritariamente, as necessidades e recursos dos agricultores familiares. Segundo Dall'Agnol (1994), os pesquisadores agrícolas devem se conscientizar de que não são os únicos atores a intervir para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para ele, um adequado manejo das políticas macroeconômicas é mais importante do que a geração de novas tecnologias de produção.

Essas políticas, contudo, devem ser delineadas dentro de uma nova concepção do mundo rural brasileiro, um mundo em processo de modernização da sua agricultura e principalmente de urbanização do seu espaço. Segundo Silva (1995), já não se pode caracterizar o espaço rural brasileiro como eminentemente agropecuário. Por isso, ele propõe políticas que ampliem a velha noção de mundo rural para além das atividades tradicionais de cultivos e criações, políticas que incluam a produção de serviços e de bens não-agrícolas, sem esquecer a conversão das políticas sociais compensatorias em efetivos instrumentos auxiliares do processo de desenvolvimento.

A pesquisa agrícola necessita ser repensada, se se deseja propor um novo padrão de desenvolvimento. Isto exigira, antes de tudo, a readequação do setor público agropecuário, como um todo.

Priorizar a pesquisa agrícola, é uma das condições fundamentais a um programa de viabilização da agricultura familiar no Brasil. Apesar de todas as limitações que afetam este importante segmento da agricultura brasileira, a inovação tecnológica, ao lado de um esforço de capacitado e de organização dos agricultores, constitui, segundo a FAO (1992), o tripé básico da estratégia para um desenvolvimento mais endógeno e protagônico do referido segmento, permitindo que assuma, no futuro, o papel correspondente a sua importância e ao seu potencial. Mais ainda, o desenvolvimento tecnológico, numa primeira etapa, deverá ser efetuado em consonância também com a racionalidade própria da economia da produção familiar e não apenas com aquela requerida pelo capital, e pelo menos para aqueles estratos mais fragilizados, não contemplados com as políticas públicas. Dentro desse enfoque, as inovações tecnológicas deveriam favorecer o menor uso de capital, maximizando, até onde possível, a substituição deste pelo trabalho.

A capacitação deveria privilegiar a ampliação dos conhecimentos e habilidades produtivas, elevar a produtividade da mão-de-obra rural e, sobretudo, estimular as mudanças de atitudes e valores (autoconfiança, nível de aspiração, responsabilidades, etc). Essa mudança de atitudes e valores fundamentará a reconstrução da solidariedade, argamassa sedimentadora da consciência coletiva, necessária ao fortalecimento da organização dos agricultores familiares, base sob a qual devem se assentar os processos de apropriação dos conhecimentos e tecnologias, essencial a viabilização econômica do segmento.

A organização dos agricultores e da produção teria como finalidade precípua a redução da dependência externa da unidade familiar, a redução dos custos de produção e aumento do valor de venda de seus produtos, a ampliação do acesso aos serviços de apoio, a criação de serviços próprios, a viabilização da economia de escala e até a uma maior influência na formulação de políticas para o setor.

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Esforços tem sido feitos no sentido de definir e categorizar a agricultura familiar no Brasil, destacando-se o trabalho de Kageyama & Bergamasco (1990) onde os estabelecimentos familiares foram tipificados tendo como critério básico a contratação de força de trabalho externa permanentemente ("empresas familiares"), temporariamente ("familiares-temporários") ou a sua não contratação ("familiares puros"). Os estabelecimentos onde se utilizava unicamente o assalariamento foram considerados como "empresas não familiares". Já Silva (1995), distingue pelo menos três grandes grupos: os grandes proprietários e capitalistas agrários, as empresas familiares e os produtores camponeses. A distinção fundamental entre estas duas últimas categorias reside no grau incipiente de divisão do trabalho, já que ambas apresentam características de unidades familiares. O autor chama a atenção para um terceiro tipo, já predominante nos países do primeiro mundo, que vem se consolidando ultimamente, principalmente nos estados do Sul do país: o produtor "part-time". Este combina o trabalho familiar com o de assalariado, diversificando suas fontes de renda.

Análises mais recentes (FAO, 1994) subdividem o quadro estrutural da agricultura brasileira em quatro grandes tipos ou categorias: a patronal (1,4 milhão de estabelecimentos), a familiar consolidada (1,1 milhão) a familiar de transição (1,0 milhão) e a familiar periférica (2,2 milhões).

As unidades familiares "periféricas", se caracterizariam mais como locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada, do que como unidades produtivas. Já as unidades "de transição", corresponderiam aquelas que, mesmo apresentando sérios problemas de descapitalização, de posse e qualidade da terra, de recursos humanos e de apoio das políticas públicas, podem tanto se consolidar (se houver um programa de apoio bem direcionado), como correm o risco de cair na categoria dos "periféricos". Em função disso, o trabalho enfatiza a necessidade de priorizar políticas governamentais para o grupo denominado "de transição". Este grupo, para os autores, é o que apresentaria maiores condições de responder positivamente a uma política de oportunidades de expansão e/ou reconversão produtiva racionalmente direcionada.

Em termos de pessoal, as unidades familiares ocupam e sub-ocupam 56% do ativo total, o que corresponde a cerca de 14 milhões de pessoas. Essas unidades são responsáveis por 28% do valor total da produção agropecuária nacional, embora ocupem apenas 22% da área total e recebam apenas 16% do valor total dos financiamentos.

Tabulações especiais (IBGE, 1985) estimam em 19ha a área média dos estabelecimentos familiares para a região Sul e em 13ha para região Nordeste. A maior superfície média coube ao Norte (44ha). O Sudeste e o Centro-Oeste apresentaram superfícies médias de 22 e de 42ha, respectivamente.

Um importante ponto desse estudo foi a indicação de que o estado de pobreza da maioria dos estabelecimentos familiares não está principalmente relacionado à sua área total. Dados sobre a renda média bruta mostram que 50% dos estabelecimentos mais pobres só tem área média abaixo de 10 hectares na região Nordeste (exceto Bahia) e no estado do Rio de Janeiro. Em dezoito estados, a área média das unidades familiares "marginalizadas" é bem superior a 10 hectares.

Em termos de distribuição, os estabelecimentos não-patronais tinham sua maior representatividade na região Nordeste (53%), seguida da região (21%). As regiões Norte (10%) e Sudeste (13%) se equívalem em número de estabelecimentos familiares. A região Centro-Oeste detinha apenas 3% do total nacional.

A adaptabilidade da agricultura familiar é facilmente comprovada pelo fato de a mesma ter predominado sobre a forma patronal de produção, em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século. (Veiga, 1995).

Algumas constatações são bastante indicativas do potencial de viabilização da unidade agrícola familiar, entre elas:

- SEU PAPEL "AMORTECEDOR" DA VIOLÊNCIA DAS CRISES ECONOMICAS, FACE A SUA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (Adant & Altafin, 1991). A continuação deste modelo desenvolvimento agrícola significará, a curto prazo, para o Brasil, uma redução dos atuais 25-27% da população rural para níveis em torno de 10% o que representará um acréscimo populacional insuportável nos já inchados centros urbanos do país. Assim, apresenta-se como fundamental que, ao objetivo do crescimento físico da produção, se associe o objetivo de aumento da oferta de emprego. Nesse sentido, a agricultura familiar, se devidamente apoiada, pode se constituir na alternativa mais eficaz para atenuar as altas taxas de desemprego urbano, reduzindo o fluxo migratório campo-cidade a níveis compatíveis com a ampliação da oferta de emprego nos setores secundário e terciário. A perspectiva desse enfoque considera o fato comprovado de que é mais econômico para a sociedade manter a atividade de uma população agrícola numerosa do que sustentar novos desempregados urbanos. Estimativas da FAO (1994) mostram que os sistemas de produção mais intensivos e diversificados da agricultura familiar permitem a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área que na agricultura patronal. A agricultura familiar requereria apenas 9ha para gerar um emprego, contra 50ha requeridos pela agricultura patronal. O estrato de estabelecimentos de até 10ha, onde a agricultura familiar predomina (principalmente na região Nordeste), mesmo correspondendo a apenas 2,6% da área total, ocupa 10 vezes mais pessoas que o estrato de mais 1.000ha, 43% da área total. Os estabelecimentos de menos de 50ha, 90% dos quais empregam mão-de-obra familiar, ocupam 16 milhões de pessoas, o que significa 70% de todos os ativos do setor (IBGE, 1985). Esses dados são bastante indicativos, mesmo considerando que boa parte desta ocupação corresponda mais a uma "sub-ocupação".
- PELA VALORIZAÇÃO PRIORITÁRIA DAS POTENCIALIDADES LOCAIS, A AGRICULTURA FAMILIAR CONSTITUI-SE NUMA GARANTIA DE ESTABILIDADE DE PRODUÇÃO E OFERTA DE CERTOS PRODUTOS BÁSICOS DA ALIMENTAÇÃO, DE MENOR INTERESSE OU NÃO CONTEMPLADOS PELA AGRICULTURA PATRONAL. A produção familiar na agricultura vem, inclusive, mantendo uma tendência de crescimento,

e se apresenta como capaz de enfrentar o desafio do abastecimento alimentar dos grandes centros urbanos. Menos dependente do exterior, portanto, para provisionamento dos fatores de produção, a agricultura familiar é menos sensível às flutuações de oferta e de preços de materiais primas e às interrupções de importações. Acrescente-se a isso, o seu papel de, em reduzindo o êxodo rural, limitar as transformações dos hábitos alimentares induzidos pelo modo de vida urbano, muitos deles mantidos às custas de divisas (Delpeuch, 1989).

- SUA POSSIBILIDADE DE PODER GERAR, EM MUITOS CULTIVOS, PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE E A UM MENOR CUSTO. É reconhecida a capacidade do modelo familiar de gerar um produto de qualidade superior, quando comparado a outro similar, produzido em grande áreas, geralmente mecanizadas. Na realidade, é o mesmo que comparar um produto artesanal, com outro produzido em série. Esta vantagem é válida para um sem número de produtos agrícolas que demandam um trabalho mais delicado, mais arriscado, exigente em precisão, em capacidade de rápida reação ao imprevisto e em permanente disponibilidade. Esta característica, chamada de "tecnicidade", e que faz com que a jardinagem, por ser uma atividade praticamente manual, seja ainda considerada a forma mais perfeita de agricultura (Tonneau, 1994). Produtos mais baratos podem ser obtidos, em face de a mão-de-obra familiar trabalhar dentro de uma lógica não-capitalista e com uma visão não-especulativa do fator terra. Segundo Basso (1993), a lógica ou o objetivo do agricultor familiar não é simplesmente o lucro, o que o induz a aceitar mais facilmente uma renda inferior à taxa média de lucro que o capitalista exigiria. O que o move é a reprodução de sua unidade de produção, como forma de garantia de sua sobrevivência enquanto unidade familiar. Assim, a organização da agricultura em unidades familiares, segundo o mesmo autor, cumpre um importante papel na dinâmica da reprodução do capitalismo, ao permitir, dentre outras coisas, manter a níveis mais baixos os preços dos produtos de origem agrícola.
- SEU FAVORECIMENTO, QUANDO HA SEGURANÇA DE POSSE DA TERRA, A UMA MELHOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A UMA GESTÃO MAIS ORDENADA DO ESPAÇO, EM FUNÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SEU MODELO DIVERSIFICADO DE PRODUÇÃO, EM CONTRASTE COM O MODELO PRODUTIVISTA DE MONOCULTIVO PREDOMINANTE NA AGRICULTURA PATRONAL OU

CAPITALISTA. Os monocultivos, geralmente aliados a mecanização intensiva, além de implicarem maiores riscos do ponto de vista econômico, implicam naturalmente, também, maiores problemas de ordem ecológica, já que as monoculturas representam uma radical simplificação do ecossistema agrícola. Segundo Lutzemberg, citado por Graziano Neto (1986), uma das leis mais fundamentais da Ecologia é a de que a homeostase é diretamente proporcional a complexidade do sistema. Os ecossistemas simplificados são, portanto, bem mais vulneráveis que os diversificados.

PÚBLICO-META

A criação do programa é fruto do processo de avaliação e de redefinição da missão da Embrapa e visa resgatar essa importante parcela do quadro estrutural de nossa agricultura, até então marginalizada das políticas públicas de desenvolvimento rural, de modo especial pela pesquisa científica e tecnológica.

O público-meta do programa corresponde às diferentes categorias da agricultura familiar, sendo priorizadas as pesquisas sobre as unidades produtivas que apresentam entre outras as seguintes características:

- ↳ uso predominante da mão-de-obra familiar, com trabalho assalariado apenas eventual e complementar;
- ↳ baixa inserção no mercado;
- ↳ condições precárias de acesso a terra e aos outros meios de produção, de modo especial ao crédito;
- ↳ sistema de produção diversificado, com nível rudimentar de tecnificação, procurando conciliar parâmetros econômicos, sociais e ecológicos;
- ↳ superfície útil de exploração limitada, na maioria das situações;
- ↳ baixo nível de capacitado do produtor e de sua família;
- ↳ debilidade organizativa.

Teoricamente estas unidades apresentam perfil muito próximo ao daquelas categorizadas como "de transição" e "periféricas" no trabalho da FAO (1994). Se assim consideradas, o público-meta do programa

estaria representado por cerca de 3,2 milhões de estabelecimentos, ocupando aproximadamente 9,6 milhões de pessoas, correspondendo a 38,4% do ativo total.

ESTRATÉGIA E DIRETRIZES

Para que um programa de pesquisa, num contexto dessa dimensão, possa apresentar resultados efetivos, urge, acima de tudo, ações de caráter institucional, visando suprir demandas em algumas áreas em que o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), de uma maneira geral, apresenta deficiências capazes de comprometer a eficácia das ações previstas. São elas:

- ↳ pouca adequação do perfil das equipes de pesquisadores, na maioria das unidades, as ações de pesquisa voltadas para o tipo de público-meta do programa;
- ↳ baixo nível de interação interinstitucional, notadamente com a universidade;
- ↳ débil relacionamento profissional com o meio real formado pelas unidades agrícolas de caráter familiar objeto do programa;
- ↳ recursos financeiros próprios insuficientes para satisfazer um futuro crescimento da demanda por novos projetos.

Estas deficiências podem e devem ser superadas, ou atenuadas, por meio de dispositivos de cooperação, não somente com os parceiros convencionais públicos (universidades, institutos, órgãos de extensão rural) mas, também, com instituições privadas de desenvolvimento e, sobretudo, com organizações profissionais de agricultores, formando redes regionais de atores da pesquisa e desenvolvimento ou mecanismos institucionais alternativos, capazes de apoiar efetivamente a execução dos projetos demandados.

Em função do segmento da agricultura familiar objeto do programa, ter sido, só recentemente, devidamente contemplado pelas políticas governamentais, inclusive pela pesquisa, torna-se necessária, inicialmente, a sistematização de estudos básicos de diagnóstico, capazes de proporcionar um conhecimento teórico e prático dos sistemas de produção próprios da agricultura familiar, incluindo seus recursos e sua

racionalidade, para que, a partir deles, possam ser geradas tecnológicas que representem uma efetiva resposta às suas necessidades.

Este pré-requisito, segundo Caron & Sabourin (1995), deve abranger, para cada região e para cada categoria de agricultura familiar, além do conhecimento do meio natural, informações, entre outras, sobre os sistemas de cultivo e de criação, gestão econômica da exploração, funcionamento da cadeia produtiva, competitividade e qualidade dos produtos, acumulação e reprodução das explorações, estratégias e formas de organização e construção do espaço.

Numa etapa posterior e com base nesse conhecimento, devem ser desenvolvidos projetos de pesquisa e desenvolvimento que resultem em inovações que abranjam aspectos tecnológicos, gerenciais e organizativos. Potenciais inovações poderiam se originar, entre outros, de temas de pesquisa como:

- ↳ desenvolvimento de métodos de preparação adequada e oportuna do solo para incorporação de matéria orgânica, captação e retenção d'água, redução da incidência de pragas e invasoras e sua conservação, de maneira geral;
- ↳ estudo de sistemas de rotação de cultivo com leguminosas inoculadas, uso de adubos verdes e resíduos orgânicos para manutenção da fertilidade e redução da necessidade de adubos minerais;
- ↳ desenvolvimento de variedades mais produtivas, precoces e tolerantes às condições adversas do ambiente;
- ↳ desenvolvimento de máquinas, equipamentos e instalações simples e de baixo custo, para as diversas operações na lavoura e na criação;
- ↳ melhoria da gestão da unidade produtiva visando a otimização do uso dos recursos, distribuindo seu uso ordenadamente ao longo do ano (solo, recursos hídricos, mão-de-obra familiar, animais de trabalho, equipamento etc.);
- ↳ desenvolvimento de práticas voltadas para a redução de perdas durante o processo produtivo, na colheita, transporte, armazenamento e comercialização;
- ↳ estudo de alternativas para incorporação de valor agregado aos diversos produtos e subprodutos da agricultura familiar, através de seleção, classificação, acondicionamento ou processamento, ao nível de propriedade;
- ↳ estudo de canais alternativos de comercialização;

No desenvolvimento dessas temáticas devem ser privilegiados aqueles projetos que:

- ↳ procurem adequar as inovações as circunstâncias e potencialidades dos agricultores, tomando em consideração seu nível educacional, suas instituições, sua racionalidade (inclusive aversão a risco), seu limitado acesso a insumos e serviços e, principalmente, seus recursos disponíveis na propriedade;
- ↳ gerem inovações que permitam o uso racional dos recursos naturais e capacitem os agroecossistemas a manter o nível de produtividade, quando sujeitos a choques ambientais maiores, infreqüentes e relativamente imprevisíveis (sustentabilidade);
- ↳ adotem o enfoque sistêmico como instrumento metodológico fundamental, priorizando a pesquisa no meio real (diagnostico e validação das inovações geradas) e elegendo o extensionista, os agentes de assistência técnica e o agricultor, como parceiros ativos em todas as etapas do processo;
- ↳ permitam conhecer melhor o comportamento do agricultor (motivações, necessidades, lógica, estratégias), contribuindo para a concepção de mecanismos participativos e modelos institucionais alternativos que facilitem o seu agrupamento e organização;
- ↳ gerem subsídios necessários a modernização e racionalização dos sistemas produtivos de base familiar, de modo especial daqueles concebidos e operados em assentamentos de reforma agrária.

DEMANDAS NACIONAIS

1. Identificação e hierarquização dos fatores limitantes a uma maior eficiência dos sistemas produtivo e organizativo dos principais estratos representativos da agricultura familiar, através do conhecimento dos sistemas de cultivo e de criação, gestão econômica da exploração, funcionamento da cadeia produtiva, qualidade e competitividade dos produtos, acumulação e reprodução das explorações, estratégias e formas de organização, entre outros;

2. Desenvolvimento de inovações tecnológicas (agronômicas, zootécnicas...) voltadas para o aumento da eficiência produtiva e da sustentabilidade dos sistemas de produção dos estratos representativos da agricultura familiar, através do aumento da produtividade biológica, da melhor distribuição do fluxo de ingressos ao longo do ano, da redução dos riscos climático e de mercado e da maior interação entre seus subsistemas ou componentes;
3. Desenvolvimento de práticas voltadas para a redução de perdas durante o processo produtivo, na colheita, transporte, armazenamento, transformação e comercialização, e de alternativas para incorporação de valor agregado aos diversos produtos e subprodutos da agricultura familiar, através de seleção, classificação, acondicionamento ou processamento ao nível de unidade ou comunidade;
4. Desenvolvimento de inovações gerenciais e organizativas para a unidade produtiva familiar, com base no aproveitamento das potencialidades dos seus ambientes sócio-cultural, natural, técnico e institucional, visando o fortalecimento de sua capacidade de organização e do seu poder de negociação e de regulação dos mercados de seus produtos.

DEMANDAS REGIONAIS

A serem identificadas através de projetos de pesquisa específicos para cada região.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- ↳ O programa objetiva gerar e/ou adaptar tecnologias e desenvolver métodos e outros conhecimentos capazes de fundamentar um processo de desenvolvimento global, voltado para a melhoria das condições de estabilidade e de reprodutibilidade das unidades agrícolas familiares, tendo como base a sua maior integração, em um contexto de equidade, as condições de economia de mercado.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- ↳ Avaliar a capacidade de adaptação dos sistemas de produção predominantes na agricultura familiar às transformações nos seus ambientes físico, biológico e economico-social, determinando as condições para sua viabilização;
- ↳ Desenvolver referencias técnicas sobre as limitações e potencialidades dos sistemas de produção da agricultura familiar, necessárias ao incremento dos seus rendimentos biológico e econômico, considerados seus recursos, necessidades e objetivos;
- ↳ Desenvolver dispositivos e métodos de ação participativa em meio real (diagnostico, planejamento, experimentação, validação, transferencia de tecnologia) que favoreçam a utilização das inovações tecnológicas pelos agricultores, em suas diversas escalas e formas de organização, e que os habilitem, de alguma forma, a assumirem o papel de principais protagonistas do próprio desenvolvimento;
- ↳ Obter maior conhecimento dos processos de desenvolvimento dos diversos estratos da agricultura familiar e dos fatores técnicos, sociais, econômicos e político-institucionais que os influenciam, necessário a subsidiar a formulação de políticas publicas de preservação e valorização do meio rural.

METAS

1. Estruturação de uma rede nacional de cooperação em pesquisa sobre agricultura familiar, associando os integrantes do SNPA a diversos parceiros nacionais e internacionais, públicos e privados, com as funções de informação, de formação e de animação científica baseada na reflexão coletiva.
2. Formação de um banco de dados sobre agricultura familiar, subsidiado pela rede nacional de cooperação em pesquisa, incluindo informações sistematizadas sobre pessoas, instituições e recursos envolvidos, projetos e subprojetos, referencias temáticas, metodológicas e pedagógicas, além de outros conhecimentos relativos as experiências existentes.